



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO**

---

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 01/26**

**“Trata da comercialização, queima, manuseio, utilização e soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos no âmbito do Município de Itaú de Minas e dá outras providências”.**

A Câmara Municipal de Itaú de Minas/MG aprova:

**Art. 1º** - Fica proibida em todo o território do Município de Itaú de Minas, inclusive na zona rural, a comercialização, queima, manuseio, utilização e soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que causem poluição sonora, como estouros e estampidos, independentemente do local de sua fabricação ou do nível de intensidade do ruído emitido, visando à proteção da saúde pública, da população sensível, idosos, crianças, pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e enfermos, bem como à defesa do bem-estar animal e à proteção do meio ambiente.

**Parágrafo Primeiro.** O disposto no caput deste artigo aplica-se a pessoas físicas e jurídicas, bem como à eventos públicos ou privados, promovidos por entes públicos ou particulares.

**Parágrafo Segundo** - O disposto no caput deste artigo não se aplica a utilização de fogos de artifício de efeitos visuais, que não produzem estampido.

**Art. 2º** - Às sanções administrativas previstas nesta Lei aplicam-se sem prejuízo das responsabilidades cível e penal cabíveis, nos termos da legislação vigente.

**Art. 3º** - O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios com órgãos ambientais, de Segurança Pública e de Defesa Civil, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento desta Lei, inclusive por meio de campanhas educativas e informativas.

**Art. 4º** - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às seguintes penalidades:

I - Pessoa física: multa no valor equivalente a 10 (dez) URs (Unidade Referência) ;

II - Pessoa jurídica: multa no valor equivalente a 30 (trinta) URs, podendo ser acrescida de interdição do estabelecimento em caso de reincidência.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO**

---

**Parágrafo único.** As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência, sem prejuízo da interdição administrativa, quando cabível.

**Art. 5º** Ficam revogados os dispositivos em contrário, especialmente as contidas na Lei Complementar n. 60, de 25 de novembro de 2020.

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal em 13 de janeiro de 2026.

**DYONATAN CAMILO COSTA - VEREADOR**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO**

---

**MENSAGEM**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 01/26 - “Trata da comercialização, queima, manuseio, utilização e soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos no âmbito do Município de Itaú de Minas e dá outras providências”.**

Senhores Vereadores.

A nova redação ora apresentada torna ainda mais rigorosa a legislação municipal no tocante a fogos de artifício, passando a proibir também a **comercialização**, manuseio, utilização e soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido, em todo o território do município, incluindo a zona rural.

Todos conhecem o impacto nos animais e nas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que sofrem com o barulho dos fogos, o que nos sensibilizou para a necessidade de uma legislação mais protetiva, para proteger pessoas com maior sensibilidade ao barulho, como idosos, crianças, pessoas com TEA e enfermos. Além do que, a medida tem por objetivo também resguardar o bem-estar dos animais e a preservação do meio ambiente.

A lei mantém permitido apenas o uso de fogos de efeito visual sem estampido, conciliando as tradições culturais com a saúde da coletividade.

Outra novidade é a definição de multas diferenciadas para pessoas físicas e jurídicas, com valores que podem dobrar em caso de reincidência e possibilidade de interdição de estabelecimentos.

O projeto ainda autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com órgãos ambientais e de segurança pública, bem como realizar campanhas educativas sobre o tema.

Ressaltamos a importância da atualização da lei pois nosso objetivo é completar a legislação que já proíbe a queima de fogos com estampido, evitando o desgaste emocional das famílias e o sofrimento de quem vive com medo.

Devemos ter empatia e cuidado com as várias formas de vida e por isso pedimos o apoio dos caros Colegas para aprovação do referido projeto de lei.

Câmara Municipal em 13 de janeiro de 2026.

**DYONATAN CAMILO COSTA - VEREADOR**